

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NA VISÃO PHILIPPE ARIÈS E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA

Analedy Amorim Barbosa¹

Maria das Graças S. Dias Magalhães²

RESUMO

No presente texto, desenvolve-se um esforço no sentido de apresentar a concepção de infância por PHILIPPE ARIÈS a partir da idade média, e a forma como sua iconografia contribuiu para conhecermos e entendermos o verdadeiro papel da infância bem como suas necessidades e seu papel social.

A relação da obra de PHILIPPE ARIÈS com o termo políticas públicas pode ser enfatizada como um marco precursor no que diz respeito à implementação e execução dessas políticas para a infância. Isso se deve em virtude da sociedade ter passado a se preocupar com a mesma a partir do momento em que houve um reconhecimento de sua importância no meio social, no sentido de evitar a exclusão social através da implementação de programas sociais.

Palavras-Chave: Infância, História Social e Políticas Sociais.

¹ Aluna do Curso de Especialização em História Regional
² Professora Dr.^a em História do Departamento de História

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo fazer um panorama sobre a concepção da infância, com aporte em PHILIPPE ARIÈS a partir da idade média. Essa visão nos ajudará a entender as configurações das políticas públicas adotadas pelo poder público para atender à infância, uma vez que esta é considerada excluída em todos os sentidos, quer seja familiar, moral ou econômico.

Quando falamos em infância, não podemos nos referir a esta etapa da vida como uma abstração, e sim como um conjunto de fatores que institui determinadas posições que incluem a família, a escola, pai, mãe, entre outros que colaboram para que hajam determinados modos de pensar e viver a infância. A respeito disso, basta verificarmos que desde o século XII até início do século XX, a sociedade vem criando conceitos e modelos para infância, além de mecanismos que a valorizem, principalmente a infância pobre e desvalida, pois de acordo com a obra de Ariès, o sentimento sobre a infância se dá nas camadas mais nobres da sociedade. Já a criança pobre continua a não conhecer o verdadeiro significado da infância, ficando assim a mercê da própria sorte.

Embora esse quadro de desigualdade persista ao longo dos séculos, a partir do conhecimento do verdadeiro significado da infância, a sociedade vem buscando mecanismos através dos programas sociais, assistenciais e filantrópicos cujo objetivo é reparar erros, desde a idade medieval, passando pela contemporânea, até a sociedade atual, de descasos com a infância e adolescência.

2. PHILIPPE ARIÈS E SUA ABORDAGEM

A iconografia produzida por Ariès, *História Social da Criança e da Família* (1978) se apresenta como uma importante fonte de conhecimento sobre a infância, sendo considerada por autores, a citar Del Priore (2004) e Freitas (2001), como um trabalho pioneiro na análise e concepção da infância. Ariès traçou um perfil das características

da infância a partir do século XII, no que diz respeito ao sentimento sobre a infância, seu comportamento no meio social na época e suas relações com a família. Através dos textos descritos é possível constatar a fragilidade da criança, bem como sua desvalorização.

Desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, uma vez que a arte medieval a desconhecia (ARIÈS, 1978).

Foi possível constatar que a criança era tida como uma espécie de instrumento de manipulação ideológica dos adultos e, a partir do momento em que elas apresentavam independência física, eram logo inseridas no mundo adulto. A criança não passava pelos estágios da infância estabelecidos pela sociedade atual. Outro fator importante era que a socialização da mesma durante a Idade Média não era controlada pela família, e a educação era garantida pela aprendizagem através de tarefas realizadas juntamente com os adultos.

O sentimento de infância, de preocupação com a educação moral e pedagógica, o comportamento no meio social, são idéias que surgiram já na modernidade o que nos leva a crer na existência de todo um processo histórico até a sociedade vir a valorizar a infância. Ariès é bem claro em suas colocações quando diz que a particularidade da infância não será reconhecida e nem praticada por todas as crianças, pois nem todas vivem a infância propriamente dita, devido às suas condições econômicas, sociais e culturais. Assim, os sinais de desenvolvimento de sentimento para com a infância tornaram-se mais numerosos e mais significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, pois os costumes começaram a mudar, tais como os modos de se vestir, a preocupação com a educação, bem como separação das crianças de classes sociais diferentes.

Toda essa preocupação e cuidado com o comportamento de crianças e adolescentes estava ligada ao modelo de civilidade da época, e isso significava ter boas maneiras e regras de etiqueta. Porém, no início do século XVII, surgia um novo conceito sobre comportamento, além de uma literatura pedagógica destinada não somente às crianças e adolescentes, mas principalmente aos pais e educadores. É importante mencionar que até o final do século XVIII, as escolas não eram

particularmente freqüentadas por crianças de acordo com a faixa etária. Os centros (como eram chamados) acomodavam pessoas de qualquer faixa etária devido seu objetivo ser de caráter mais técnico que pedagógico, dessa forma somente os jovens é que começaram a freqüentar a escola.

A partir do que foi abordado, a idéia de que o ensino se estende a todos não era defendida por alguns pensadores do século XVIII, pois estes se propuseram desde então a fazer uma educação diferenciada de acordo com as classes sociais, a que chamaram de primária e secundárias. A política adotada pelas escolas de certa forma discriminava as crianças muito pequenas, as quais eram consideradas incapazes e fracas, principalmente aquelas pertencentes às classes baixas, justificando a entrada para a escola de forma tardia.

É mister salientarmos que, com o desenvolvimento acelerado do capitalismo, o uso da mão-de-obra infantil contribuiu para aumentar essas desigualdades, além de que os valores dados às crianças são os mais diversos e variam de acordo com a época e a classe social (ARIÈS,1978).

3. INFÂNCIA DEFINIDA E A CRIAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS

Embora a obra de Ariès não retrate intrinsecamente a questão da exploração do trabalho infantil e das crianças abandonadas³, estes problemas se intensificaram durante o século XIX, principalmente com o advento da revolução industrial. Isso se deu em função da mão-de-obra infantil ser considerada barata e propícia à exploração sem nenhum controle por parte das autoridades competentes, principalmente se tratando das crianças oriundas de famílias pobres. Este fato deu ênfase à discussão e à formulação de leis, entre outros recursos, para inibir a exploração da mão-de-obra infantil e conseqüentemente criar mecanismos para proteção da infância pobre e desvalida com a criação das políticas sociais.

O que era tido como responsabilidade de entidades privadas, com moldes assistencialistas e filantrópicos, passa a ser responsabilidade do poder público. Este, por sua vez, tem como objetivo criar mecanismos para tirar das ruas os menores

³ Uma vez que até então eram atos considerados normais e até mesmo casuais.

considerados infratores e interná-los em instituições apropriadas, chamadas de casa de correção, com o intuito de tirar do espaço urbano aqueles que se encontravam sem moradia fixa e que tivessem condutas tidas como contrárias à moral e aos bons costumes.

Como a preocupação com a infância passava a ser considerada um problema econômico e político, os esforços para definir políticas públicas que tinham por objetivo recuperar a infância, foram se intensificando em todas as partes do mundo. No Brasil, essa iniciativa se deu por volta 1942 quando foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, que abrigavam menores considerados em conflitos com a lei, em regime disciplinar. Esse modelo de institucionalização, no entanto, foi criticado por conter ações consideradas repressivas, tanto que com o golpe militar de 1964, o SAM foi extinto, e partir daí até a década de 1970, a discussão em torno da infância passa a ser considerada como prioridade no campo político e social. Já na década de 1980, essas discussões passam a ter influência de caráter normativo internacional.

Diante de toda essa articulação, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - que estabelece as diretrizes no campo das políticas públicas⁴ de atendimento à criança e adolescentes, buscando assim, discriminar a infância e juventude pobre, para que todos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos.

4. CONCLUSÃO

Por fim, a obra de Ariès (1978) nos ajudou entender que os problemas sociais atualmente existentes, e que afetam crianças e adolescentes pobres, são os mesmos do século XII. São, no entanto, interpretados e analisados de maneira diferente ao longo dos anos, o que proporcionou a busca de meios mais eficazes para combater o descaso com a infância através de políticas públicas, tendo em vista o seu reconhecimento e valorização.

Também notamos na obra de Ariès que a concepção da infância está

⁴ Eloisa de Mattos Höfling (2001) define políticas (públicas) sociais como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

associada às formas de intervenção social, inseridas em práticas de regulação e controle da segregação de classes sociais, pois os estágios da infância propriamente dita se deram primeiramente nas classes sociais favorecidas economicamente, enquanto as crianças advindas de famílias pobres ficavam a mercê da própria sorte, fato este que perdura até nossos dias atuais.

Naturalmente, presenciando o quadro em que vivem atualmente milhares de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, é possível constatar que ainda se conhece muito pouco sobre o verdadeiro significado da infância e suas peculiaridades. Porém, apesar dos problemas enfrentados, o quadro degradante da infância já mudou de forma significativa, principalmente no que diz respeito à formulação e implementação de políticas públicas com cunho social, e isso pode ser resultado de estudos à longo prazo sobre a infância.

A princípio, em uma leitura preliminar, políticas públicas e concepção de infância parecem estar dispersas, mas enfatizamos que a obra de Ariès (1978), contribuiu para que pudéssemos buscar no passado, explicações para as ações do presente, ou seja, conhecer a infância e suas necessidades foi o melhor caminho para que se pudesse hoje desenvolver trabalhos em prol das crianças, principalmente das mais necessitadas. Foi a partir das idéias desse autor, que a criança veio a ocupar um espaço antes pouco perceptível, desde então, desencadeou-se investimentos de cunho social para que crianças e adolescentes ocupassem de fato o seu lugar na sociedade.

5. REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

CASTTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, v. 48. (Coleção Pensamento Crítico)

COSTA, A. C. G. *Brasil criança urgente: a lei 8069/90*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Pedagogia Social / Editora Columbus Cultural, 1990.

DEL PRIORE, M. *História da infância no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

ENGELS, F. *A origem da família, da sociedade privada e do Estado*. Tradução: Leandro Konder- 14ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 224p.

FREITAS, M. C. (Org) *Historia social da infância no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 4ª edição. São Paulo: Editora Cortez / Instituto Paulo Freire, 2001, v.4. (Coleção Prospecativa,)

HOFLING, E de M.. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cad. CEDES vol.21 no.55 Campinas Nov. 2001. Disponível site < [http: www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) > acessado em 15/07/2007.

RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o século XX . Disponível site < [http: www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) > acessado em 25/01/2008.

MINAYO, M. C. S. *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo , Hucitec/Abrasco, 1993.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch e WERTHEIN, Jorge: *Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para inclusão social*. Brasília: UNESCO, 2004.

PERROT, M. O nó e o ninho. *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Editora Abril, 1993, p. 74-81.

